



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS
POVOS INDÍGENAS**

LUCAS DE SOUZA SANTOS

**RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO *NGOENHA E A
DEMOCRACIA***

Cachoeira
2022

LUCAS DE SOUZA SANTOS

**RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO *NGOENHA E A
DEMOCRACIA***

Relatório Técnico Final apresentado ao Programa do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História da África, na área de concentração em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Luís Roque Soares.

Cachoeira
2022

S237n Santos, Lucas de Souza.

Ngoenha e a Democracia. / Lucas de Souza Santos. Cachoeira, BA, 2022.
99f., il.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Luís Roque Soares

Relatório de Produção (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, 2022.

1. Severino Elias Ngoenha – 1962-. 2. Moçambique. 3. Filosofia - África. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 967.9

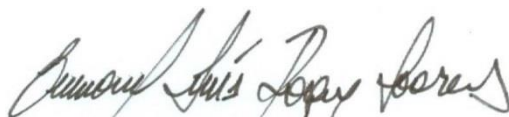
LUCAS DE SOUZA SANTOS

NGOENHA E A DEMOCRACIA

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, sob orientação do Prof. Dr. Emanuel Luís Roque Soares.

Aprovado, 13 de maio de 2022.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Emanuel Luís Roque Soares (UFRB – Orientador)

Prof. Dr. Juvenal de Carvalho Conceição (UFRB – Examinador)

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento (UNB – Examinador)

Cachoeira-Ba

2022

Às minhas avós, Catarina Dias dos Santos (in memoriam) e Helena Rosa Santos (in memoriam), transbordantes de um amor puro e verdadeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida.

À minha mãe, Carmosa, por todo carinho, entrega, dedicação e amor a mim, e também ao meu pai, Luís Carlos.

Às minhas tias Margarida, Regina e Jacé, por terem ajudado na minha criação, ensinando-me que por meio da educação eu poderia sempre alçar voos altos.

À minha companheira Riane, pelo amor, cumplicidade, carinho e paciência que teve para comigo durante a caminhada.

Ao grande amor da minha vida, minha filha, a pequena Heloísa, que desde o instante da descoberta da sua chegada, me proporcionou a esperança de dias melhores.

Aos meus irmãos Marcos, Thiago, Luís Carlos Junior e Luís Eduardo, aos meus sobrinhos, consanguíneos e postíços, e aos demais familiares pelos momentos fraternos.

Aos meus amigos, fonte de inspiração, por estarem ao meu lado tanto nos melhores momentos quanto nos menos felizes: Agostinho, Andreia, Anne Karoline, Antônio Carlos, Daniel, Érica, Jackeline, Jorge Raimundo, Mônica, Mozzana e Wélder.

Em especial à Eli Santos, Kércia Caroline e Natan Luiz, por disponibilizarem seus ouvidos para meus desabafos e seus ombros para os meus choros me fazendo acreditar em mim mesmo, no meu potencial.

À minha “Gang do mestrado”, quatro mulheres guerreiras que tive a honra de compartilhar experiências de vida e intelectuais durante o programa e para além dele, a constar — Bruna, Ileana, Leila e Thiala — meu muito obrigado por todo apoio moral, pelos almoços compartilhados, pelos choros coletivos e pelas cachaças bem tomadas (risos).

À quatro pessoas que amo, duas inclusive já foram citadas anteriormente, são elas: minha filha, Heloísa, e o meu irmão caçula, Eduardo, Daniel Junior e Isabella, meus afilhados — eles me emprestaram, mesmo que sem saber, seus respectivos nomes para a composição dos personagens do material didático.

Ao meu orientador, Dr. Emanuel Soares, por compartilhar comigo do seu conhecimento e experiência acadêmica, por me apoiar nessa empreitada filosófica nada fácil, mas possível.

À banca examinadora, composta pelos professores Dr. Juvenal de Carvalho, Dr. Sérgio Guerra Filho e Dr. Wanderson Flor do Nascimento, pelas críticas, ideias e sugestões direcionadas ao meu trabalho durante a qualificação. O sol brilhou mais forte no caminho da produção após a contribuição dos senhores.

Ao corpo docente e aos funcionários que integram o Programa do Mestrado Profissional de História da África, das Diásporas e dos Povos Indígenas da UFRB, por todos os ensinamentos e auxílio ao longo do curso.

RESUMO

O livro intitulado *Ngoenha e a democracia* é fruto da pesquisa desenvolvida no programa de Mestrado Profissional em História da África, das Diásporas e dos Povos Indígenas, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, campus de Cachoeira-BA, a partir dele foi desenvolvido este relatório que traça os caminhos percorridos para a construção do produto em questão. O material é destinado aos estudantes do ensino médio – anos finais da educação básica. Para a composição do livro foi feito um levantamento bibliográfico das obras do educador e filósofo moçambicano Severino Elias Ngoenha. Em seguida, foi o momento da idealização dos personagens, bem como a ambientação da história e a elucidação dos conceitos. No conteúdo do livro, pode-se encontrar aspectos breves da vida de Ngoenha, um pouco sobre a história de Moçambique e como o autor desenvolve suas ideias em prol de pensar o que ele chama de “missão futuro”, em que o cidadão, através do regime democrático, da educação e da Filosofia, passa a ser protagonista da sua vida, da sua história e, conseqüentemente, participa diretamente da transformação da sociedade na qual está inserido. Logo, o objetivo do material didático, é fazer ser conhecido nas escolas tanto Ngoenha quanto seus pensamentos e conjecturas filosóficas políticas.

Palavras-chave: Ngoenha; Moçambique; Missão Futuro; Democracia; Filosofia.

ABSTRACT

The book entitled *Ngoenha and democracy* is the result of research carried out in the Professional Master's program in History of Africa, Diasporas and Indigenous Peoples, by the Federal University of Recôncavo da Bahia, campus of Cachoeira-BA, from which this report was developed that traces the paths taken to build the product in question. The material is intended for high school students – final years of basic education. For the composition of the book, a bibliographical survey of the works of the Mozambican educator and philosopher Severino Elias Ngoenha was carried out. Then, it was time for the idealization of the characters, as well as the setting of the story and the elucidation of the concepts. In the book's content, one can find brief aspects of Ngoenha life, a little about the history of Mozambique and how the author develops his ideas in favor of thinking about what he calls a "future mission", in which the citizen, through of the democratic regime, education and philosophy, becomes the protagonist of its life, its history and, consequently, directly participates in the transformation of the society in which it is inserted. Therefore, the objective of the didactic material is to make known in schools both Ngoenha and his political philosophical thoughts and conjectures.

Keywords: Ngoenha; Mozambique; Future Mission; Democracy; Philosophy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TEORIA, METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO LIVRO TEMÁTICO	13
2.1 SOBRE OS LIVROS PARADIDÁTICOS	16
2.2 CRIAÇÃO DAS IMAGENS PARA O LIVRO	21
3 NGOENHA E OS CAMINHOS DA SUA FILOSOFIA	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Este relatório é composto por duas seções. A primeira seção se propõe a discutir a teoria e a metodologia utilizadas para a criação do material didático, e por conseguinte, há uma concisa descrição do conteúdo conceitual e histórico existente no livro intitulado *Ngoenha e a democracia*.

A segunda seção, tem como foco listar a bibliografia e um breve apanhado sobre a vida do filósofo Severino Ngoenha, de modo a compreender, também por meio de outros teóricos, os desdobramentos de sua Filosofia política e a importância dela para Moçambique.

Levando em consideração a importância do paradidático no auxílio à educação, como facilitador para a mediação do conhecimento entre professor e aluno, torna-se necessário pensar em um material que esteja em conformidade com a Lei 10.639/03, atualizada para a 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de “história e cultura afro-brasileira e indígena” tanto no ensino público quanto no privado.

Evidencia-se que o produto foi criado de acordo com a Lei 11.645/08, especificamente no artigo 1º, 26-A, que orienta sobre incluir aspectos históricos que culminaram diretamente para a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a cultura negra e o resgate das contribuições no âmbito social, econômico e político, em relação à história do Brasil.

Nessa perspectiva, o produto também tem como proposta pensar em uma educação antirracista, buscando combater toda forma de discriminação, respeitando as diferenças e particularidades de cada sujeito, bem como trazer representatividade de outro tipo de pensamento e conhecimento constituído fora dos moldes eurocêntricos.

Para a criação do livro, foi imprescindível fazer o levantamento bibliográfico e conhecer um pouco da história de Moçambique, país que conquistou sua independência de Portugal há pouco mais de 45 anos, fato que impulsionou os moçambicanos a arranjar uma forma de construir sua história no pós-independência também com muita luta.

É justamente pensando em deixar esse passado colonial para trás, que Ngoenha propõe a Moçambique um projeto que reflita e busque transformar o presente para entregar uma sociedade futura melhor para as próximas gerações. Entretanto, para chegar a esse resultado, segundo Ngoenha, é fundamental que cada sujeito se conscientize de sua responsabilidade de cidadão.

Nesse contexto, Ngoenha apresenta os caminhos rumo ao que ele chama de “missão futuro”. O primeiro seria por meio da democracia — já que é a forma de governo que traz como conceituação etimológica da palavra poder que emana do povo. Dessa forma, o sistema democrático deve garantir aos cidadãos, participação ativa nas tomadas de decisões políticas, uma vez que o conhecedor dos seus problemas é o próprio povo.

O segundo e o terceiro caminho são concomitantes, pois para Ngoenha, é por meio da educação e do ensino de cunho filosófico que se prepara o indivíduo para ser cidadão. Dito isto, entende-se que a escola e a Filosofia serão responsáveis por apresentar aos alunos uma “educação à liberdade, à democracia, à solidariedade (...) ao trabalho (...) isto é, o tipo de homens que queremos que sejam os moçambicanos amanhã.” (NGOENHA, 1993, p. 8-9)

Considerando a preocupação de Ngoenha com o futuro, ele e José Castiano, no ano de 2019, lançaram um livro chamado *Manifesto por uma Terceira Via*, no qual propõe uma reflexão em prol de um sistema democrático que consiga abarcar as necessidades de todos os cidadãos de Moçambique. Tais referências foram resgatadas do pensamento de Eduardo Mondlane, com seus ideais de liberdade e de justiça social.

Os autores chamam de Primeira Via a I República, que, apesar de trazer em seus ideais justiça social em prol dos valores humanos, deixou a desejar no que tange à liberdade das pessoas. E a Segunda Via é a atual II República, na qual tem-se um governo liberal, o que conseqüentemente deixou de lado a justiça social.

2 TEORIA, METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO LIVRO TEMÁTICO

O livro intitulado *Ngoenha e a democracia* é fruto do trabalho de pesquisa sobre a bibliografia e breves informações de cunho pessoal sobre a vida do professor e filósofo moçambicano Severino Elias Ngoenha. O objetivo do paradiático consiste em explicitar o conceito de democracia em Moçambique a partir de algumas obras político-filosóficas do autor. A intenção de Ngoenha, levando em consideração suas conjecturas, inquietações, teorias e anseios, é que todos os cidadãos alcancem um futuro digno, com educação, liberdade e igualdade.

A finalidade desse relatório é descrever os caminhos para a criação do livro ilustrado tendo como tipologia textual um diálogo, a ambientação da história, a idealização dos personagens e a elucidação de alguns conceitos trabalhados por Ngoenha em suas obras. A elaboração do livro se deu durante o curso do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Artes, Humanidades e Letras, após ter concluído a graduação em licenciatura em Filosofia.

Durante a minha graduação de licenciatura em Filosofia, pela Universidade Estadual de Feira de Santana, pude notar um ensino de cunho tradicional, com poucas ou nenhuma abordagem sobre outras filosofias que não as que se ancorassem no eixo eurocêntrico. Mas, ao falar da origem da Filosofia Grega, não se pode esquecer que alguns filósofos e historiadores gregos realizaram seus estudos em solo egípcio, portanto, foi na África onde eles se instruíram e realizaram parte dos seus estudos e investigações.

É mero preconceito acreditar que a época filosófica da humanidade comece primeiro entre os gregos no quinto século a.C. Este preconceito implica que outro povo antigo não empreende um pensamento especulativo. (...) O espírito da filosofia Chinesa, filosofia Indiana, filosofia Africana, filosofia Europeia, e filosofia Maia pode diferir enormemente em seu tratamento do assunto, mas filosofia sempre se trata do conhecimento humano, e da elevação da mente. (OBENGA, 2004, p. 31)

No Egito Antigo as ciências já estavam sendo desenvolvidas há pelo menos 3.200 a.C. Então, por que não pensar na possibilidade da Filosofia também já ter sido pensada lá? “Para Cheikh Anta Diop a origem e o berço da humanidade assim como a emergência da civilização do mundo devem ser procurados em África.” (CASTIANO, 2011, p. 82).

Isso faz todo sentido, uma vez que a concepção/ideia de Filosofia consiste no senso de criticidade; na criação de conceitos; em temas gerais e elementares relacionados à existência da natureza humana; na busca pela verdade e pelo conhecimento; nos valores éticos e morais; na estética; ou seja, no mundo em sua plenitude. Cerletti (2009) diz:

Afirmamos que não é possível criar a partir do nada e que o que fazem os filósofos é bem mais, recriar os seus temas e reconstruir os seus problemas. Refazem, desde o seu presente, as perguntas que alguma vez outros se fizeram, conferindo-lhes seu selo particular. Nesse refazer, o filósofo estende-se em direção ao passado. Mas, ao mesmo tempo, projeta-se em direção ao futuro, porque desdobra um olhar próprio que inventa novos questionamentos. (CERLETTI, 2009, pag.32)

O que faz a Filosofia caracterizar-se Filosofia é a forma como o pensador faz os questionamentos, bem como a sua capacidade de procurar as respostas na sua personalidade singular, isso sem deixar de lado a generalidade do investigar filosófico.

Foi nesse contexto, enquanto pesquisador, que surgiu para mim a necessidade de fazer novas descobertas, iniciando pesquisas diferentes das que eu já havia feito. Na graduação, minha monografia foi pautada nas conjecturas da obra filosófica *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, do pensador Rousseau (1712-1778), por isso a decisão de fazer um trabalho similar com um filósofo africano.

Dessa vez, os planos foram um tanto distintos: apesar da metodologia consistir em uma pesquisa bibliográfica, existiu o desafio da construção de um material didático, cujo processo se deu por meio da seleção de fontes do autor, como livros, artigos, ensaios e até entrevistas. Uma experiência nova.

Eu, enquanto homem negro e educador, preciso acreditar na importância de aprimorar e aprofundar os meus conhecimentos sobre ancestralidade, compreendendo os caminhos daqueles que vieram antes de nós e por nós

morreram. É o que preconiza a filosofia UBUNTU de Magobe B. Ramose, que consiste na ideia de uma união, na possibilidade de pensar o todo e não a parte; a Filosofia do “nós” e não do “eu”, contribuindo com a escola para a consolidação da identidade negra.

Os negros, ao longo da história do Brasil têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. (LOPES, 2005, p. 87)

Por isso a importância de colocar em prática nas escolas a lei 10.639/2003, atualizada para 11.645/2008, buscando combater o racismo e toda forma de discriminação, de modo a construir uma educação antirracista, que respeite as diferenças e particularidades de cada sujeito.

[...] Muitas escolas públicas e particulares também acumularam experiências de desenvolvimento curricular e de criação de materiais de apoio ao currículo [...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008). (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2018, p. 18-19)

Nessa perspectiva, vale salientar que o livro que produzimos está pautado no conteúdo advindo de um teórico moçambicano, logo está de acordo com a Lei 11.645/08, especificamente no artigo 1º, 26-A. A lei orienta sobre incluir aspectos históricos que culminaram diretamente para a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a cultura negra e o resgate das contribuições no âmbito social, econômico e político, em relação à história do Brasil.

Mas porque o foco da pesquisa terminou sendo sobre um cidadão de Moçambique? Além de Moçambique, assim como o Brasil, utilizar o idioma português como sua língua oficial por também ter sido colonizado por Portugal,

durante o período do comércio de escravizados, pessoas foram trazidas de lá e foram transformadas em escravas nas terras tupiniquins; logo, alguns moçambicanos contribuíram para a construção da nossa história com sangue, suor e trabalho.

Desse modo, os principais objetivos do material didático produzido, além de trabalhar no auxílio às leis 10.639 e 11.645/08, são:

1. Fazer com que se torne conhecido das escolas de ensino médio o filósofo moçambicano Severino Ngoenha;
2. Aguçar o senso crítico dos estudantes em relação ao pensamento de um autor de país africano;
3. Promover a reflexão sobre a existência de outras filosofias que não somente a pautada no eurocentrismo;
4. Estimular os estudantes, por meio da teoria e prática de Ngoenha, a pensarem como as tomadas de decisões de cada cidadão no presente refletirão em uma sociedade digna, justa e com igualdade no futuro.

Além dos objetivos já citados, vale ressaltar que o material didático pode ser utilizado nas disciplinas de filosofia e sociologia, por exemplo, expandindo a discussão na área da educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura africana.

Sendo este livro didático destinado ao público do ensino médio, nada impede que ele seja utilizado em séries do Ensino Fundamental II, por exemplo, desde que seja feita uma adequação por parte do professor/professora que esteja ministrando a aula e/ou oficina.

2.1 SOBRE OS LIVROS PARADIDÁTICOS

Mas, afinal, o que são livros paradidáticos e qual a importância deles? MENEZES (2001) responde:

São livros e materiais que, sem serem propriamente didáticos, são utilizados para este fim. Os paradidáticos são considerados importantes porque podem utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos e, dessa forma, serem eficientes do ponto de vista

pedagógico. Recebem esse nome porque são adotados de forma paralela aos materiais convencionais, sem substituir os didáticos. A importância dos livros paradidáticos nas escolas aumentou principalmente no final da década de 90, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e orientou para a abordagem de temas transversais relacionados ao desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, abriu-se espaço para o aumento da produção de obras para serem utilizados em sala de aula, abordando temas como Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde e Sexualidade. (Menezes, 2001, p.41)

A utilização dos paradidáticos no processo ensino-aprendizagem é de suma importância tanto para os professores quanto para os alunos, uma vez que esse tipo de material pode vir a cumprir com sua finalidade didática, promovendo um momento lúdico e conseqüentemente a participação ativa dos estudantes nas aulas e na compreensão de conceitos e teorias.

Os livros paradidáticos, em geral, trazem em si uma possibilidade de transportar o aluno para dentro da história. Geralmente há identificação do estudante com algum dos personagens ou, pelo menos, ele enxerga ao longo do enredo outro sujeito que faça parte do seu mundo circundante, seja o pai, a mãe, os avós, os tios, a irmã, e/ou talvez, um primo/amigo. Ou seja, a transversalidade está presente e cumprindo seu papel de formar cidadãos.

Freire (2007) nos diz que "é imprescindível portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando". (FREIRE, 2007, p.78). A partir dessa afirmação, entende-se que a escola possibilita ao aluno, para além da apresentação do mundo das letras, a apreensão do conhecimento por meio da mediação do professor, bem como a socialização e a democratização, a fim de promover uma educação rumo à cidadania.

E, para tanto, a figura do professor se faz necessária no processo de ensino-aprendizagem:

Ensinar é um ato teatral. É a esse aspecto do nosso trabalho que proporciona espaço para as mudanças, a invenção e as alterações espontâneas que podem atuar como catalisadores para evidenciar os aspectos únicos de cada turma. Para abraçar o aspecto teatral do ensino, temos de interagir com a "plateia", de pensar na questão da reciprocidade. Os professores não são atores no sentido tradicional do termo, pois nosso trabalho não é um espetáculo. Por outro lado, esse trabalho deve ser um

catalisador que conclame todos os presentes a se engajar cada vez mais, a se tornar partes ativas no aprendizado. (HOOKS, 2013, p 21-22)

Pode-se entender que o “ato teatral”, ao qual Bell Hooks se refere, pode ser a maneira encontrada pelo professor para tornar suas aulas fluídas por meio de técnicas e métodos, a fim de facilitar o aprendizado dos alunos e de fazer com que todos participem, o que, por sua vez, não é uma tarefa fácil, tendo em vista a diversidade encontrada no perfil dos estudantes. Em todo início de ano o docente se depara com o obstáculo de conseguir alinhar os conhecimentos da turma, já que cada aluno aprende de uma forma e no seu próprio tempo.

Dito isto, nota-se a importância do docente na formação do educando. São os professores que mediam o conhecimento e buscam meios para engajar, além de motivar e incentivar. Nesse contexto de engajamento, a escolha de um paradidático que auxilie na construção de uma educação antirracista se faz necessário. Lopes (2005) afirma que:

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais. (LOPES, 2005, p.87)

Para que haja a potencialização de uma educação antirracista, é necessário que possamos romper com as amarras do racismo estrutural. Mas por onde começar? A resposta pode estar na escolha do material a ser trabalhado em sala de aula, sejam os livros didáticos ou os paradidáticos, que tragam em seu conteúdo temas em conformidade com as leis 10.639 e 11.645, valorizando gradativamente, mas com urgência, as relações étnico-raciais.

É nessa perspectiva que o livro *Ngoenha e a democracia* foi elaborado. Ele inicia descrevendo, de maneira breve, o período conturbado pelo qual a população mundial tem passado por conta da pandemia da COVID-19¹.

¹ Doença causada pelo vírus SARS-CoV-2.

Todavia, principalmente para não fugir do tema, essa explanação sobre a pandemia foi feita em poucos parágrafos. De toda forma, isso foi de extrema importância para situar os leitores, já que serviu de argumento para justificar o cenário no qual os personagens estão inseridos — uma videoaula, respeitando o isolamento/distanciamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde - OMS², algo que até o final do ano de 2019 era incomum às classes do ensino médio no Brasil.

O livro é composto por cinco personagens, o professor de Filosofia Lino e um grupo de quatro estudantes, Heloísa, Isabella, Eduardo e Júnior, pertencentes ao ensino médio de uma escola pública do interior da Bahia, nomeada como Colégio Estadual Gilberto Gil, uma maneira encontrada para homenagear uma personalidade negra, ex-ministro da Cultura, cantor e compositor que tem ajudado a escrever a história do Brasil. Inclusive no último dia 08 de abril de 2022, foi empossado como novo ocupante da cadeira 20 da Academia Brasileira de Letras.

É de suma importância também falar sobre o processo de ensino-aprendizagem na sociedade da informação, primeiramente porque através dele surge a possibilidade de o livro ter uma versão em forma de livro eletrônico — e-book — o que garante sua disseminação a um público mais amplo e a circulação dele nas mídias sociais.

O segundo aspecto refere-se à constatação de que o encontro dos personagens do livro só foi possível graças aos avanços das tecnologias de informação e comunicação, uma vez que a videoaula aconteceu pela internet, através de um aplicativo, garantindo assim o distanciamento social. Barbosa e Batista (2011) dizem que:

Não se pode desconsiderar os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação na sociedade contemporânea e sua influência nas mudanças econômicas, socioculturais e educativas, uma vez que estas tecnologias promovem a socialização do conhecimento. Neste contexto, vale ressaltar o papel das mídias sociais no processo de socialização, produção e divulgação do conhecimento, representando um importante

² Organização Mundial de Saúde é uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas. Sua sede é em Genebra, na Suíça. Tem suas origens nas guerras do fim do século XIX.

elemento nos processos de produção, reprodução e transmissão da informação, da notícia e assim sendo da cultura, pois as mídias sociais fazem parte da cultura contemporânea e nela desempenham papéis cada vez mais importantes e sua apropriação crítica e criativa, é imprescindível para o exercício da cidadania. (BARBOSA e BATISTA, 2011, p. 2)

O processo de ensino-aprendizagem no século XXI evoluiu em razão do desenvolvimento tecnológico. A facilidade e a rapidez com a qual a informação é acessada pela internet é algo extraordinário, é o mundo globalizado que traz consigo novas possibilidades de experiências e construção de conhecimento. Dito isto, é elementar que o professor se adeque às inovações, associando às novas tecnologias aos modelos tradicionais em prol de socializar o aluno e consequentemente atingir a meta almejada, uma educação para a cidadania.

Voltando ao livro *Ngoenha e a democracia*, ele segue apresentando ao leitor uma breve biografia do filósofo Severino Elias Ngoenha; nessa biografia consta informações como o ano de seu nascimento, cidade e país onde ele nasceu, bem como as formações acadêmicas e o país onde ele estudou. A seguir, são citadas diversas obras que compõem a bibliografia de Ngoenha, incluindo as que serviram de fonte primária para o desenvolvimento do paradigma. Elas contêm a visão do autor sobre o que é democracia e como esse conceito é canal de transformação rumo ao futuro das sociedades africanas. Para ele, democracia versa “na inserção de cada indivíduo no seio da comunidade [...]. Cada indivíduo deve poder cooperar, ouvir e fazer sentir sua opinião, ajudar e fazer-se ajudar, amar e ser amado.” (NGOENHA, 1993, p. 159).

Em seguida, o livro apresenta um pouco da história de Moçambique, mais precisamente como se deu o início da sua liberdade política do governo de Portugal. Para tanto, foi feito um apanhado histórico, a começar do ano de 1964, quando se iniciaram os primeiros movimentos em prol da independência do país das garras do colonialismo. No mesmo ano, foi criada a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, comandada por Eduardo Mondlane. Houve uma guerrilha entre os moçambicanos e as tropas portuguesas. Até que, em 1974, após assinatura do acordo de Lusaka, Portugal reconheceu a independência de Moçambique, mas que só viria a ser proclamada por Samora Machel em 25 de junho de 1975. Foi nessa conjectura que surgiu a Resistência Nacional de Moçambique - RENAMO, grupo que se opôs ao governo e lideraram uma guerra

armada; a justificativa era a de se ter um país regido através do sistema democrático. Em 1992, a FRELIMO e a RENAMO assinaram os Acordos Gerais de Paz e em 1994 ocorreram as primeiras eleições com a participação de vários partidos políticos.

Para finalizar, o livro explana sobre como foi a Primeira República, a Segunda República e as características delas, bem como se deu os desdobramentos de ambas. Disserta também sobre a proposta do filósofo Ngoenha, juntamente com Castiano, sobre uma possível Terceira Via para a transformação da democracia de moçambicana. Portanto, o objetivo do livro consiste em apresentar a preocupação de Ngoenha com o futuro de Moçambique e de outras sociedades africanas.

2.2 CRIAÇÃO DAS IMAGENS PARA O LIVRO

Após a escolha do tema e do levantamento bibliográfico, foi o momento de decidir quantos personagens iriam compor a história contada no paradidático, bem como o local que os personagens se encontrariam no livro. Então, como estava no período da pandemia, e as pessoas estavam cumprindo o distanciamento social em suas casas, mas desempenhando algumas tarefas remotamente através do acesso à videoconferência, surgiu a ideia de trazer esse cenário para o livro.

Foi então que houve a busca por um profissional que pudesse ilustrar o professor e a equipe de alunos reunidos através de suas telas, fosse por meio de smartphones, tablet, notebook e ou outros equipamentos que fizessem esse trabalho de transmissão de vídeo. Uma amiga indicou-me o artista Marlon Batista Santos, que mora em Feira de Santana- BA e utiliza como nome artístico “Mandiga”, para que ele pudesse criar as imagens. Conversamos e lhe foi explicado como teria que ser cada personagem fisicamente, com diversidade e representatividade, afinal, no Brasil, e em especial, dentro das escolas públicas, encontra-se pessoas com as mais diversas características.

Levando em consideração que o trabalho visa explicitar o conceito de democracia em Moçambique a partir da visão do filósofo moçambicano Severino

Ngoenha, foi necessário também pensar em uma imagem que representasse o autor, Moçambique, o conceito de “democracia moçambicana” e o conceito de “missão futuro”.

Tomando como base as leituras e pesquisas, as imagens iam sendo criadas em preto e branco, conforme surgiam as ideias, as orientações eram dadas por mim, assim o livro *Ngoenha e a Democracia* caso tivesse possíveis mudanças ou acréscimos nas características ou adereços dos personagens, eram feitas as alterações.

Ao final, foram criadas 5 imagens intituladas:

1. Aula através de videoconferência;
2. Mapa de Moçambique;
3. Ilustração Representando Severino Ngoenha;
4. Democracia em foco;
5. Missão Futuro.

Durante o processo de qualificação do trabalho, junto à banca examinadora, foi proposto pela banca a possibilidade de solicitar ao artista que colorisse as imagens e ao final agregou mais valor ao trabalho. Seguem as imagens das ilustrações:

Figura 1 – Aula através de videoconferência



Figura 2 – Mapa de Moçambique

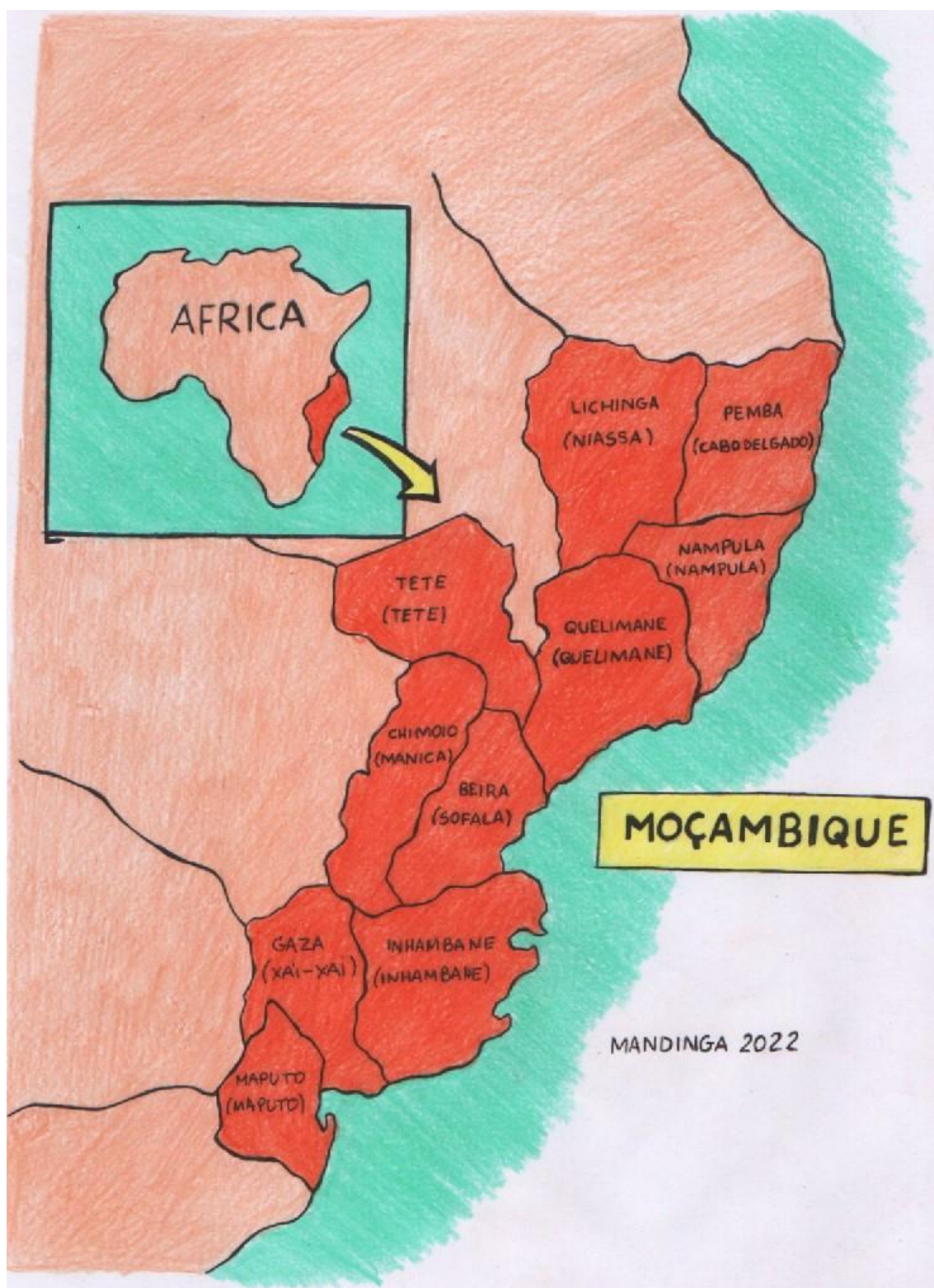


Figura 3 – Ilustração Representando Severino Ngoenha



Figura 4 – Democracia em foco

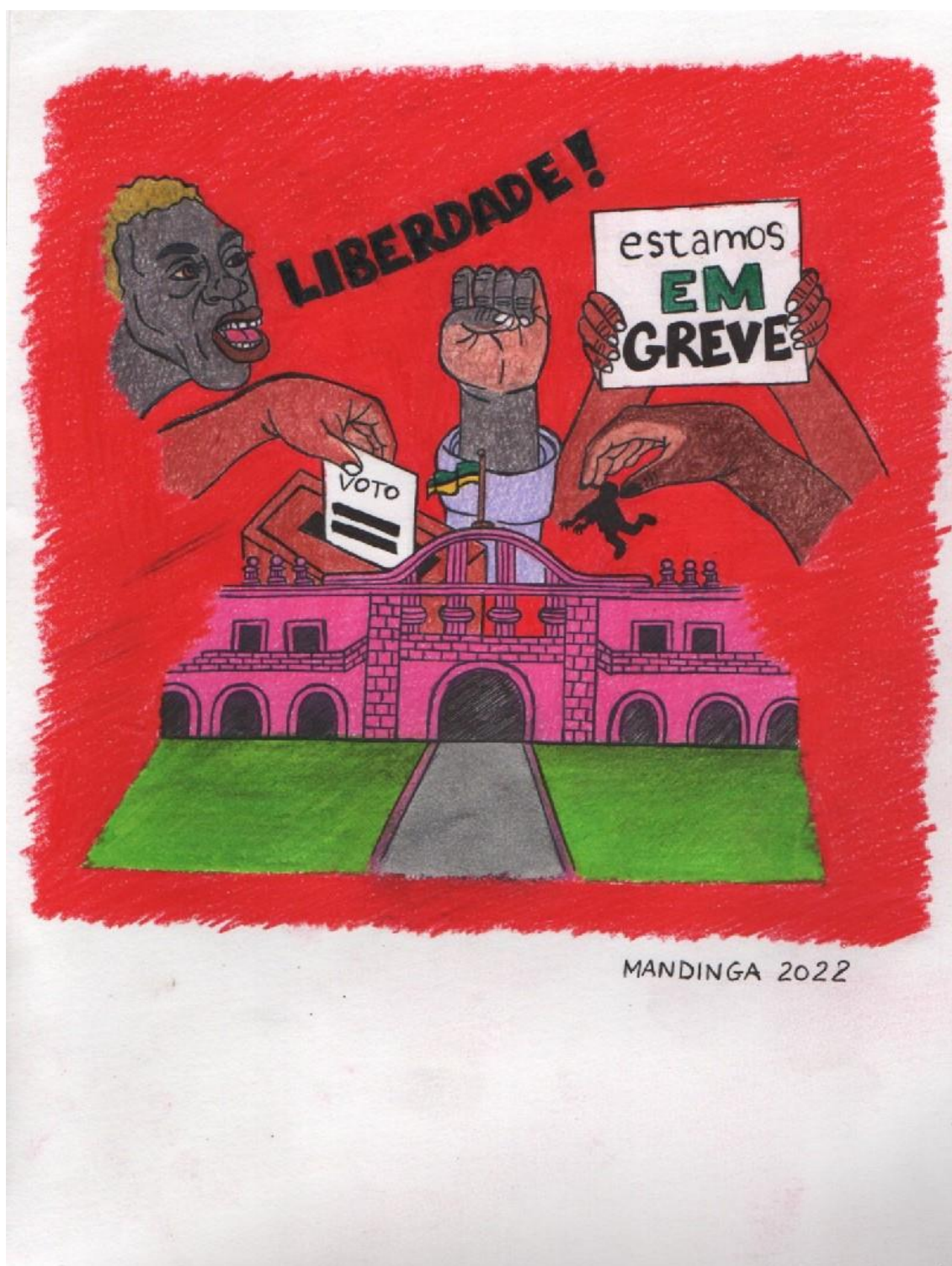


Figura 5 – Missão Futuro



2 NGOENHA E OS CAMINHOS DA SUA FILOSOFIA

Severino Elias Ngoenha nasceu no ano de 1962 em Maputo, capital da República de Moçambique, no Continente Africano. Ele é professor, educador, intelectual e filósofo, sua contribuição tem sido de grande importância para a construção e desenvolvimento da Filosofia nos países da África. Possui graduação em Teologia e Doutorado em Filosofia pela Universidade Gregoriana em Roma, atualmente, é reitor da Universidade Técnica de Moçambique. Ngoenha é autor de inúmeros livros, teses, artigos e ensaios.

Abaixo estão listadas várias obras de Ngoenha, algumas escritas em parceria com outros autores:

1. Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica (1991);
2. Duas interpretações filosóficas da história do século XVII: Vico e Voltaire (1992);
3. Filosofia Africana: Das Independências Às Liberdades (1993);
4. O retorno do bom selvagem: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico (1994);
5. Mukhatchanadas (1995);
6. Estatuto e axiologia da educação. O paradigmático questionário da missão suíça (2000);
7. Os tempos da filosofia (2004);
8. A longa marcha duma “Educação para Todos” em Moçambique (2005) – juntamente com José Castiano e Gérald Berthoud;
9. Samora Machel. Ícone da 1ª República? (2009);
10. Histoire de l'Education au Mozambique de la période coloniale à nos jours (2009) - juntamente com José Castiano e Gérald Berthoud;
11. Pensamento Engajado: ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política (2011) – juntamente com José Castiano;
12. Barómetro da Educação Básica em Moçambique: estudo piloto sobre a qualidade da educação (2012) – juntamente com José Castiano e Manoel Zianja Guro;
13. Intercultura, Alternativa à Governação Biopolítica? (2013);

14. Barómetro da Educação Básica em Moçambique: o professor, o elo mais fraco da qualidade do saber do Ensino Básico (2014) - juntamente com José Castiano e Manoel Zianja Guro;

15. Terceira questão: que leitura se pode fazer das recentes eleições presidenciais e legislativas? (2015);

16. A (im)possibilidade do momento moçambicano: notas estéticas (2016);

17. Resistir a Abadon (2017);

18. Manifesto por uma terceira via (2019) – juntamente com José Castiano;

19. Lomuku (2019);

20. Mondlane: regresso ao futuro (2022).

Para entender um pouco sobre a Filosofia política desenvolvida por Ngoenha, é imprescindível compreender o contexto histórico, político, social, cultural e econômico no qual ele está inserido. Vale ressaltar que até pouco mais de quatro décadas, Moçambique ainda vivia em regime colonial, ou seja, sua independência é recente, e é justamente por isso que as obras de Ngoenha são voltadas para pensar o futuro da sociedade moçambicana. Vejamos um trecho da sua obra *Filosofia Africana: Das Independências às Liberdades*:

[...] a nossa missão é o futuro. É obvio que para que esse futuro melhor se realize, cada um deve dar o melhor de si, no lugar onde se encontra. A realização da missão futuro, passará necessariamente pela maneira como cada um de nós souber ocupar o próprio lugar. Isto pressupõe que cada um saiba qual seja o seu lugar, e qual seja a melhor maneira de ocupá-lo. (NGOENHA, 1993, p. 08)

Cesaire, em sua obra *Discurso sobre o Colonialismo (1978)*, vem descrevendo a maneira absurda e cruel como os colonizadores atuaram no período da colonização. Com punhos de ferro, oprimindo e apagando todo vestígio de dignidade que pudesse existir nos povos africanos, reduzindo-os à selvagens, desprezando sua arte, humanidade e preceitos. Para ser mais exato, tratando-os como verdadeiros animais irracionais, meras coisas – objetos descartáveis. Segundo Cesaire:

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. [...] É a minha vez de enunciar uma equação: colonização = coisificação. [...] eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. (CESAIRE, 1978, p. 25)

Quando os colonizadores invadiram as terras africanas trouxeram consigo, além de toda violência, fosse ela física ou psicológica, a certeza de que sua cultura era superior à daqueles povos. O intuito dos europeus em todo e qualquer território sempre foi o de explorar as riquezas e em “troca” levar o que julgavam por progresso e, “transformá-los em seres mais evoluídos ao ensiná-los os tempos da modernidade, preenchendo-lhes o seu mundo “vazio” com os saberes da civilização.” (MENESES, 2010, p). Como se os povos originários de tais regiões não estivessem organizados conforme seus próprios preceitos e cultura. Para os colonizadores só era legítima a organização que adviesse de sua percepção de mundo. “Se nós aparecemos como seres irracionais, primitivos, ou atrasados, é sempre em relação à racionalidade, à civilização e à modernidade do ocidente.” (NGOENHA, 1993, p. 20)

Somente a partir de 1945, iniciou-se o processo de descolonização, perdurando até meados de 1970. Mas não foi fácil, os movimentos-nacionais revolucionários cumpriram uma missão árdua de lutas e resistências. Segundo Ngoenha:

Portugal foi a única potência colonial a não conceder as independências por vias negociadas, o que vai levar as suas colônias a recorrer às lutas de libertação, mas ao mesmo tempo e por questões estratégicas, da política-mundo, a serem obrigadas a se apoiarem no bloco comunista para alcançarem seus fins. Mas a natureza subalterna do colonialismo português não era só econômica, mas também intelectual. (Ngoenha, 2011, p. 199)

Sendo colônia portuguesa, Moçambique não obteve sua tão sonhada liberdade facilmente, vários movimentos foram criados e se uniram com o objetivo de conquistar a independência. A constar, três organizações

nacionalistas, a União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO, a Mozambique African National Union – MANU e a União Nacional Africana de Moçambique – UNAMI, formaram a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO³, que em setembro de 1964, iniciou uma guerrilha contra o governo português.

Após uma década de luta, houve a assinatura dos Acordos de Lusaka⁴, em setembro de 1974. Segundo Ngoenha, neste ano, todos os cidadãos puderam sentir “o doce sabor de ser livres, independentes, protagonistas e fautores da nossa história, do nosso futuro. Ninguém ficou indiferente a esses eventos. (NGOENHA, 1993, p. 10)

A partir daí, foi criado um governo temporário composto por membros da FRELIMO e também do governo português. Em 25 de junho de 1975, foi proclamada oficialmente por Samora Moisés Machel a independência nacional de Moçambique, no mesmo dia do aniversário da fundação FRELIMO. Assim, o país conquistou sua liberdade contra a opressão colonial portuguesa.

Nesse momento foi instaurada o que ficou conhecida por I República:

Na primeira República, os fautores e os executores da política estatal conheciam exatamente o lugar de cada um e o que tinham que fazer. Podemos dizer que o Estado moçambicano, pela sua natureza libertária e socialista era, não direi providencialista, mas distributiva. O papel de cada funcionário do aparelho do Estado, desde o ministro até ao servente de uma escola primária, era estar ao serviço do que se acreditava ser o interesse dos moçambicanos. O Estado moçambicano era implacável contra tudo que, de longe ou de perto, se parecia com a corrupção, desvio de bens públicos, tentativa de enriquecimento pessoal, acumulação individual, etc. (...) Os valores moçambicanos eram contar com as próprias forças, o amor pelo trabalho, o direito à escola, à educação, à saúde; era o fato de que éramos socialmente responsáveis uns pelos outros; era a luta contra todas as formas de discriminação, quer ela fosse de raça, de etnia, de tribo, de região, etc. Estar ao serviço do nosso povo era um valor, participar na construção de Moçambique através do trabalho e dedicação era um valor. (NGOENHA, 2004, p. 98-99)

³ FRELIMO é um partido político oficialmente fundado em 25 de junho de 1962. O primeiro presidente do partido foi o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane – antropólogo que trabalhava na ONU - morreu assassinado em 03 de fevereiro de 1969.

⁴ Acordo assinado entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique, nestes acordos constava o reconhecimento formal de Portugal à independência de Moçambique. Cópia do acordo em anexo.

Nota-se nessa primeira configuração de Estado no pós-independência, um Estado preocupado, principalmente, com as causas sociais, com o bem estar da população, é inegável que as intenções eram ótimas. O grande problema se deu porque a sociedade não estava vivendo uma democracia de verdade, uma vez que o pensamento unilateral predominava, onde apenas um partido político ditava as regras sobre o que era justo ou não e interferia diretamente nos valores individuais e coletivos. Por isso esse período durou pouco tempo após a FRELIMO ter assumido o poder.

Para Ngoenha:

A Frelimo convidava-nos para participar, e de uma maneira que se queira activa na construção do futuro. Só que esse futuro tinha cores bem precisas, tinha traços bem determinados. Uma vez mais não nos foi perguntado qual o tipo de futuro que sonhávamos para nós e para os nossos filhos; uma vez mais se pretendia que fôssemos rápidos a responder com as nossas energias, planos e projectos, na construção de um futuro na elaboração do qual não tínhamos participado. E uma vez mais os militares estavam lá para nos obrigar a traduzir em actos, os planos futurísticos daqueles que tinham privilégio divino de saber o que era bom para todos. Nós fizemos história, mas uma vez mais, como instrumentos da vontade alheia. (NGOENHA, 1993, p. 11)

A partir dessa configuração, nos anos 80, Moçambique viveu um conflito armado comandado pela Resistência Nacional de Moçambique – RENAMO⁵, ela surge para fazer oposição à FRELIMO e reaviva nos moçambicanos um desejo antigo, haja vista que a luta pela independência era por um estado democrático. A existência de apenas um partido político impossibilitava os moçambicanos de exercerem sua cidadania, que seria escolher seus representantes respeitando as diretrizes democráticas.

O problema é que esse conflito perdurou por 16 anos e resultou em milhares de mortes e conseqüentemente em mais destruição. Tal conflito somente foi encerrado em 1992, com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. Feito isso, as eleições contendo inúmeros partidos ocorreu em 1994, e a FRELIMO levou a melhor, vencendo o pleito.

⁵ O segundo maior partido político de Moçambique.

Oliveira (2019) descreve as mudanças que ocorreram:

Assim, a legislatura da II República instaurou o sistema democrático em Moçambique construindo no país um parlamento representativo, partidos políticos, meios de comunicação de massas privados como: televisão, jornais, rádios, instituições de ensino secundário e superior. Ocorreram novas formações políticas, organizações civis e sociais, crescimento econômico e sobretudo, liberdade de opinião. (OLIVEIRA, 2019, p. 186)

A partir dessa descrição de Oliveira (2019), percebe-se que de fato as principais características pertencentes ao sistema democrático, como a multiplicidade de partidos, o direito ao voto e à liberdade de expressão tanto da imprensa quanto dos cidadãos, estavam presentes na II República de Moçambique.

Porém apesar da democracia estar contida legitimamente na II República, ela traz consigo uma política voltada ao liberalismo. O Estado termina se afastando socialmente dos cidadãos, ausentando-se de tal forma que a impressão é de que o governo não está ao seu serviço. Ngoenha diz:

A segunda República tomou uma postura inversa. Ela peca pela sua ausência. As populações não sentem no Estado desde as instâncias mais elevadas até ao servente de uma escola ou dum hospital, uma pessoa jurídica que está presente e ao seu serviço. O Estado ficou “dólar-crático”. Tudo se faz em função do rendimento, do ganho, das mordomias. [...] Um dos primeiros sinais da ausência do Estado foi dado quando as populações começaram a fazer justiça com as próprias mãos. [...] venderam bens essenciais do Estado a estrangeiros ou que têm 500 mil dólares para comprar apartamentos, e eram indênes a qualquer sanção. Esta violência social, porque é disso que se trata, tem que ser analisada em todos os parâmetros. [...] Todavia, toda esta violência pode ser conduzida à “dólar-cracia” a instauração do dólar em valor supremo da nossa sociedade. O fim, dólar, justifica todos os meios. (NGOENHA, 2004, p. 100-102)

A administração do Estado liberal, que conseqüentemente culminou na transição do que o autor chama de instauração da “dólar-cracia”, tornando-se valor supremo da sociedade, tem como principal característica a arrecadação de bens, lucros e ganhos, mas termina que os únicos beneficiados são os que se

encontram no poder, ou seja, perdeu-se a responsabilidade social que existia na I República.

É neste ponto que se evidencia a crítica de Ngoenha ao sistema democrático ocidental. De fato, esse sistema traz em seu conceito etimológico um governo emanado do povo e para o povo, entretanto, na prática, nem sempre ele é tão representativo e busca promover a igualdade entre os cidadãos.

A democracia ocidental é repleta de falhas, principalmente por causa do capitalismo, que desencadeia a desonestidade e a corrupção daqueles que se encontram nos espaços de poder, sejam eles políticos, gestores e/ou administradores, por exemplo. Mesmo assim, o ocidente segue tentando apresentar e impor seu modelo como supremo a ser seguido por outras nações, omitindo suas contradições. Por isso, para Ngoenha, Moçambique e outras sociedades africanas, devem importar apenas as ideias globalizadas que tem dado certo na democracia ocidental, passando e valorizar suas próprias circunstâncias histórico-culturais.

Por esse ângulo, a FRELIMO (Renovada) precisou se adequar aos novos parâmetros condicionados pelo mundo globalizado e contemporâneo, necessários para que o Estado se adequasse aos novos tempos, em que tudo está pautado dentro do sistema capitalista. Portanto, de algum modo, segundo Ngoenha, o provável lema precisou ser basicamente “resistir para continuar no poder e pensar em um caminho para defender os valores originais”, valores idealizados por Eduardo Mondlane, uma política voltada ao social e à igualdade, presentes durante a luta pela Independência de Moçambique.

Após décadas da libertação e já tendo inúmeros pensadores, pesquisadores, filósofos, cientistas e literários negros da África, há sempre o questionamento do porquê o conhecimento, as ciências, as epistemologias, e principalmente a Filosofia serem tão invisibilizadas e silenciadas pelo ocidente, mesmo já sabendo que a gênese do mundo se iniciou na África. Para Boaventura, o Ocidente “continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas”. (SANTOS, 2009, p.31).

Ngoenha diz que pensadores renascentistas estavam interessados pelo passado, pois “[...] procuravam as fontes. E por isso olhavam para trás, para além do cristianismo, de Roma e da Grécia. Mas para trás da Grécia estava o

Egípto. (...) o Egípto vinha antes da Grécia.” (NGOENHA, 1993, p. 27). Em seu artigo, intitulado *Ensino de Filosofia e povos africanos*, Ngoenha ainda complementa:

A tradição filosófica ocidental, sobretudo depois do século XIX, quer que a filosofia seja um fenômeno grego (M. Heidegger), isto é, unicamente Ocidental; desconectando assim a Grécia e a filosofia da África [...] a partir dos anos sessenta, Cheikh Anta Diop, primeiro e Teófilo Obenga, depois, denunciaram o eurocentrismo desta posição e apoiando-se nos trabalhos históricos de Heródoto, reivindicam uma relação intrínseca entre Grécia e o Egito e entre este e a África. (NGOENHA, 2011, p. 197)

A partir disso, pode-se entender, segundo Grosfoguel (2007), que a invisibilidade parte do racismo epistêmico, cujo conceito versa em tornar legítimo somente aquilo que passa pelo crivo do branco/colonizador, de maneira que outras culturas são sempre minimizadas e inferiorizadas em prol da superioridade da cultura ocidental, esta é a que dita regras, é a que deve ser considerada como parâmetro para saber o que é bom ou ruim, certo ou errado, numa relação de poder abusiva e unilateral.

Na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, cujo título é bastante sugestivo, Fanon (2008) nos aponta os desafios pelos quais os africanos ex-colonizados enfrentaram em busca de reaver seu lugar no mundo. Foram inúmeras as violências, incluindo o silenciamento de suas crenças, dos seus ritos, das suas epistemologias, das suas formas de liderar as comunidades e, principalmente, a privação da sua liberdade intelectual.

Ngoenha diz “[...] que os intelectuais africanos não querem continuar a aceitar a ideia de que a Europa é o centro último da cultura e do pensamento em sua forma mais completa”. (Ngoenha, 1993, p. 79). Por isso a importância dos moçambicanos e de outras sociedades africanas continuarem lutando para alcançar sua autonomia intelectual, seu lugar de Ser pensante, para assim saberem debater e combater o racismo epistêmico que tenta a todo custo deslegitimar sua cultura.

Até na contemporaneidade, para não fugir de seu desígnio de pensador, o pesquisador negro necessitou levar em consideração sua história, como se deu/dá a constituição da sua etnia, da sua cultura, dos seus costumes, dos seus

ritos, e somente dessa maneira houve um desabrochar para a consciência intelectual e transformadora da sua sociedade. Para Fanon, o africano vive uma constante jornada de provar que é civilizado:

Encontro um alemão ou um russo falando mal o francês. Tento, através de gestos, dar-lhe as informações que ele pede, mas não esqueço que ele possui uma língua própria, um país, e que talvez seja advogado ou engenheiro na sua cultura. [...] Em todo caso, ele é estranho a meu grupo, e suas normas devem ser diferentes. No caso do negro, nada é parecido. Ele não tem cultura, não tem civilização, nem “um longo passado histórico”. [...] Provavelmente aqui está a origem dos esforços dos negros contemporâneos em provar ao mundo branco, custe o que custar, a existência de uma civilização negra. (FANON, 2008, p. 46)

Boahen (2010), afirma que a África não foi assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais. Segundo Ngoenha, “[...] para a Europa civilizada, o chamado novo mundo é um outro mundo: costumes selvagens, sem religião, espírito degradado. Os povos não tem escrita, não tem arquivos, não tem Estado.” (NGOENHA, 1993, p.17).

Por isso, nesse sentido, o leitor depara-se com o fato de os teóricos africanos utilizarem a linguagem do colonizador para desenvolverem sua intelectualidade, difundindo a sua cultura a partir da tradição oral e passando a transcrevê-la, transformando-a em textos, obras escritas:

A existência de uma filosofia Africana, depende da existência de filósofos africanos. E estes, se não escreverem as suas obras, não poderão fundar uma verdadeira filosofia. É importante recuperar as migalhas filosóficas dispersas na tradição oral, conscientes que a verdadeira filosofia iniciará no preciso momento desta transcrição; no momento exacto em que a memória fixando-se ao papiro, se submeterá a uma possibilidade de crítica, a única capaz de fundar uma verdadeira filosofia. (NGOENHA, 1993, p. 93)

Entretanto, em uma sociedade ainda repleta de desigualdade social, nem todas as pessoas tem a oportunidade de ingressarem em instituições básicas de ensino, muito menos em uma universidade. Considerando que há um vasto conhecimento intrínseco na tradição oral, é possível e se faz elementar, que os intelectuais conscientizem as pessoas sobre a necessidade da busca de um

projeto de futuro a partir de sua própria história e experiências.

Para Ngoenha, além do desafio da Filosofia ser o de desvelar, teorizar e colocar em prática uma democracia mais participativa, ela depende também de intelectuais que desempenhem tal debate. Sobre isso ele diz:

Um eventual papel da filosofia no debate político moçambicano depende necessariamente de uma filosofia moçambicana. (...) a existência de uma suposta filosofia, neste caso, moçambicana, depende da existência de filósofos moçambicanos legitimados não só pelos diplomas universitários, mas pelo fato de escreverem o que Hountondji chamou de arquivo e, através dele, instaurarem no país uma tradição crítica. (NGOENHA, 2004, p. 38).

Segundo o pensamento ngoenhiano, a Filosofia depende dos filósofos e como eles articulam os seus pensamentos. Assim, a discussão filosófica em Moçambique depende diretamente de uma filosofia moçambicana, com filósofos moçambicanos, isso não se trata de portar um diploma em filosofia, mas com o comprometimento destes em levantar debates críticos, com coragem e ousadia, sobre a tradição de Moçambique, ajudando a construir uma realidade participativa na política do país que englobe todos os cidadãos no debate democrático.

Por esta razão, é tão importante que os pesquisadores genuinamente africanos dialoguem de maneira horizontal; não dá para mais uma vez deixar que a comunidade seja objeto, ela precisa se sentir protagonista de sua própria história, para assim ajudar na transformação da sociedade. Em resumo, esses novos pesquisadores precisam estar atentos para não implantarem uma nova versão da colonização, dessa vez de negro para negro.

Outro ponto importante é que o pesquisador africano, por ora, não pode esquecer que a importância de estudar os pensadores brancos, suas teorias e sistemas intelectuais, é para, quando chegar em qualquer ambiente hostil colonizador e for confrontado, saber argumentar, explicitar e reconhecer o porquê tais epistemologias não se aplicam para si e nem para o seu povo, pois a construção histórica das identidades são experienciadas de modos diferentes, por indivíduos e realidades distintas. Para Ngoenha, “[...] esta necessidade de reconhecimento é legítima, pois a consciência de si começa a existir simplesmente a partir do momento em que é reconhecida.” (NGOENHA, 1993,

p. 79).

Partindo desse contexto do reconhecimento de si, faz-se necessário colocar em evidência a decolonialidade, pois seu conceito visa desconstruir padrões, “[...] restaurar as vozes, as experiências, as identidades, as histórias dos subalternos, e a importância das comunidades periféricas, as memórias coletivas, articular o sensível e o conceitual” (PAIM, 2019, p), buscando retornar à cultura originária dos povos inferiorizados pelos ocidentais.

Em segundo, se faz importante conhecer a Filosofia eurocêntrica, porque “[...] a decolonização enfatiza que as possibilidades e os limites de compreensão e ação de cada saber só podem ser conhecidos à medida que cada saber se propuser a uma comparação com outros saberes” (PAIM, 2019, p.), sendo assim, o africano poderá demonstrar que é capaz de apreender conhecimento tanto quanto aqueles que outrora foram seus algozes.

Isso é resistir e aquebrantar a pretenciosa ideia ocidental de crer que sua forma de pensamento é superior às demais, e a de que quem não nasceu na Europa é incapaz de dominar conhecimentos científicos e teóricos.

Para Castiano (2011), o Ocidente tem se utilizado do seu benefício de notoriedade para ditar a maneira como o saber deve ser produzido; o que é ou não um método científico eficaz; quais os locais onde devem surgir primeiramente um sistema de conhecimento e por quem deve ser produzido. Enfim, é como se o Ocidente tivesse voltado no tempo e os mitos fossem novamente introduzidos e reutilizados por ele, só que dessa vez para impor a ideia de que é a única e exclusiva civilização avançada, como se essa fosse uma verdade absoluta. Sobre isso, Castiano (2011) afirma:

Hoje, num mundo considerado globalizado, o Ocidente se comporta e é visto como um mito de uma civilização avançada a qual sabe o caminho que os nossos países devem seguir o modelo democrático por ele construído. Sócrates nos inspira como exemplo para, na pretensão de sermos filósofos africanos hoje, combatermos este mito. Ou seja, desconstruirmos o ocidente como um mito. (CASTIANO, 2011, p. 80).

Segundo Castiano, para ser filósofo é necessário desenvolver uma maneira para combater todo e qualquer tipo de mito, principalmente aqueles que, de um jeito ou de outro, acabam por ditar regras, como se a única maneira de

produzir conhecimento fosse seguindo o roteiro estipulado por ele. Em outras palavras, o papel do filósofo, além de desmistificar os mitos da globalização, é também transcender e desvelar o que se tornar tradição. “Filosofia é um engajamento crítico” (CASTIANO, 2011, p. 83).

Para Ngoenha:

O filósofo é um homem que procura explicar-se a si mesmo e à sua época, o sentido da vida, o destino do homem, e as suas possibilidades de realizá-lo; ele tenta formular os sonhos e as esperanças mais altas da sua comunidade e da comunidade humana em geral e levar esta última a tomar consciência; ele tenta abrir ao homem a via em direção dele mesmo, isto é, em direção da comunidade e da individualidade. (NGOENHA, 1993, p. 117).

É com base nesse pensamento que autor tem contribuído para que sua Filosofia seja de fato um diferencial para os países da África. A pretensão dele tem sido debater questões concernentes ao futuro das sociedades africanas, em um contexto onde os africanos precisam ser autônomos e encarar com responsabilidade seu próprio destino, mesmo após o longo período em que passaram sendo colonizados pelos europeus. Para Ngoenha, o “engajamento intelectual é a militância a favor deste valor humano supremo, para os moçambicanos e para os africanos.” (NGOENHA, 2004, p. 34).

Portanto, o cidadão moçambicano precisa ocupar seu lugar de partícipe para que a “missão futuro” ocorra de maneira satisfatória. Para tanto, em primeiro lugar, se faz necessário que cada indivíduo dê o melhor de si, independente do lugar que ocupe na sociedade. Assim, não importa em que categoria profissional o sujeito esteja inserido, desde que a desenvolva estando atento às mudanças e aos progressos dela, trazendo assim benefícios para toda comunidade, sejam científicos, econômicos e/ou sociais, por exemplo.

Em segundo lugar, Ngoenha aponta a Filosofia no seu aspecto educacional, ensinada através das escolas, como outro caminho válido para que o moçambicano encontre sua liberdade intelectual. Isso, pois é na escola onde acontece a comunicação e a mediação do conhecimento entre professor e aluno, conseqüentemente a transformação do aluno em cidadão e, por conseguinte, a conscientização deste na tomada de decisões para a construção do futuro.

Como diz Freire, “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em

que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. (FREIRE, 1983, p. 46).

Sobre o papel da escola, o filósofo de Moçambique diz:

[...] a escola não é simplesmente o edifício, as salas de aula, as carteiras, mas é sobretudo os alunos, que são os cidadãos de amanhã, implica que a escola vai ser antes de mais um sistema de valores – educação à liberdade, à democracia, à solidariedade, à tolerância, ao diálogo, à iniciativa, ao trabalho, à abnegação que a sociedade quererá transmitir aos futuros cidadãos, isto é, o tipo de homens que queremos que sejam os moçambicanos amanhã. (NGOENHA, 1993, p. 8-9).

Em terceiro lugar, coloca-se a democracia como caminho para se alcançar a missão futuro ngoenhiana, pois uma vez que o cidadão frequentou a escola e conseguiu desenvolver e expandir sua consciência política, conhecendo seus direitos, deveres e estando aberto ao diálogo, certamente ao chegar no momento das eleições, saberá escolher, da melhor forma, representantes – governos, partidos – que desempenhem seu papel político com eficácia e responsabilidade.

Ngoenha diz sobre a democracia:

A primeira condição da democracia, não é poder votar por um partido ou por um outro, nem sequer poder escolher o presidente que queremos que nos governe. Democracia significa que quem comanda não é um presidente nem um partido, mas nós. A democracia consiste na inserção de cada indivíduo no seio da comunidade, e na participação integral da sua vida. Cada indivíduo deve poder cooperar, ouvir e fazer sentir a sua opinião, ajudar e fazer-se ajudar, amar e ser amado. (NGOENHA, 1993, p. 159).

Nota-se que a democracia está intrínseca na Filosofia política africana/moçambicana de Ngoenha, principalmente porque para ele esse conceito está para além da escolha de partido, mas no significado literal da palavra – governo do povo – ou seja, as transformações e mudanças devem partir daquilo que o povo almeja e considera ser melhor para a sociedade.

Isso pois, ao que consta, tem-se na democracia o direito dos cidadãos no que tange à sua participação ativa nas tomadas de decisões rumo ao futuro. Nada mais justo, já que em uma sociedade, o conhecedor dos seus problemas

é o cidadão. Portanto, é o sistema democrático que deve garantir ao cidadão direito à opinião e, principalmente, controle sobre os assuntos de cunho político, econômico, social e educativo.

Pode-se destacar ainda um problema de cunho existencialista na Filosofia de Ngoenha, uma vez que através das eleições, o povo dispõe do poder de escolha para tornar vencedor o partido que melhor lhe apresentou propostas em prol da construção do futuro. “O que está em jogo não é seguir a escolha de um simples modelo político, jurídico ou constitucional, mas o lugar que nos será reservado na escolha daquilo que deveria ser o futuro. (NGOENHA, 1993, p.9).

Levando em consideração a preocupação de Ngoenha com o futuro, ele e José Castiano, no ano de 2019, lançaram um livro chamado *Manifesto por uma Terceira Via*, no qual eles propõem uma reflexão em prol de um sistema democrático que consiga abarcar as necessidades de todos os cidadãos de Moçambique.

Os autores chamam de Primeira Via a I República, que apesar de trazer em seus ideais justiça social em prol dos valores humanos, deixou a desejar no que tange à liberdade das pessoas. E a Segunda Via é a atual II República, na qual tem-se um governo de cunho liberalista, o que conseqüentemente deixou de lado a justiça social.

A partir dessas características opostas entre a Primeira e a Segunda Vias, Ngoenha e Castiano sugerem a Moçambique, através do Manifesto, pensar em uma terceira opção para a conjuntura política, uma Terceira Via, esta traria a reconciliação da busca da justiça da Primeira e a liberdade da Segunda, tudo a partir da historicidade, na organização da sociedade e na estruturação do Estado no que concerne a seus juízos e valores.

Mas de onde são tirados os ideais que pautam o impulso para uma Terceira Via? Ngoenha e Castiano dizem:

A proposta da terceira via tira suas referências da história de Moçambique. Em Eduardo Mondlane, que não faz parte nem da primeira e nem da segunda vias, encontramos alguns alicerces de um espírito de diálogo, um espírito aberto à garantia de liberdades, mas, ao mesmo tempo, um espírito profundamente engajado com a busca da justiça social. (NGOENHA e CASTIANO, 2019)

Portanto, para os filósofos de Moçambique, o grande desafio é dosar o socialismo com o liberalismo, conceitos que foram adotados separadamente pelos governos, em momentos diferentes na história do país, mas que juntos trariam uma via de transformação, resgatando a perspectiva identitária da sociedade.

De um lado teria a justiça social da Primeira Via e do outro a divisão dos poderes contidos na Segunda. A partir dessa incrementação espera-se conseguir uma Terceira Via engajada e forte em garantia das liberdades, bem como “[...] a criação de leis justas que os cidadãos possam reconhecer nas instituições moçambicanas estruturas que permitam e garantam a justiça para todos.” (NGOENHA e CASTIANO, 2019)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo um apanhado de tudo que foi visto até aqui, fica evidente que para o filósofo de Moçambique é necessário que a transformação africana, em destaque a de Moçambique, seja pautada pela Filosofia, democracia e educação. A Filosofia deve garantir o debate sobre os caminhos que a democracia deve seguir para salvaguardar a educação e, conseqüentemente, a igualdade, o trabalho, o direito à escola e à saúde, para assim garantir um futuro melhor para as próximas gerações, seja no âmbito social, econômico, político e/ou cultural.

Entretanto, para que isso seja colocado em prática, o Estado precisa dar condições adequadas aos cidadãos visto que, desde o pós-colonialismo, quando Moçambique tornou-se independente de Portugal, que há fragilidades nos governos: a ausência de um sistema democrático pautado na liberdade das pessoas na I República, mesmo essa garantindo justiça social aos moçambicanos, e o liberalismo, já com parlamento e multipartidarismo, mas com falta de justiça social na II República.

Munanga diz que, “os obstáculos são inúmeros, complexos e monstruosos, mas de qualquer modo, o futuro da África está antes de mais nada nas mãos dos próprios africanos” (MUNANGA, 1993, p. 111). A partir dessa afirmação, e já conhecendo parte do trabalho de Ngoenha e também de Castiano, sabe-se que ambos não estão alheios às possibilidades de transformações de Moçambique e lançaram um Manifesto por uma Terceira via.

A proposta de uma Terceira Via chega justamente como um convite à Moçambique, para fazê-la pensar e refletir sobre os caminhos que podem reestruturá-la e garantir um futuro melhor para todos, com liberdade, com direitos, com a criação de instituições fortes capazes de criar leis justas, igualdade, justiça social e entre outras, “[...] só assim podemos dar estabilidade e concretizar o projeto de um Moçambique livre e solidário.” (NGOENHA, CASTIANO, 2019).

Portanto as transformações acontecerão e se darão gradativamente à medida que houver conscientização e liberdade intelectual de cada cidadão, por isso a importância de discutir política e cultura africana, esse é o caminho mais eficaz para alcançar um futuro melhor, onde todos tenham espaço e palavra, um

futuro de paz, isso é resistência. E o leitor perceberá ao ler o livro didático *Ngoenha e a democracia*.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Juliana da Silva Dias. BATISTA, Danilo Lemos. **As mídias sociais na educação** In: V Colóquio Internacional – Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão-SE, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Presidência da República, Poder Judiciário, DF, 09 jan. 2003.

BRASIL, **Lei 11.645/2008**, 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e indígena”. Presidência da República, Poder Judiciário, DF, 10 mar. 2008.

BUSSOTI, Luca. **Um manifesto para Moçambique**: a terceira via de Ngoenha e Castiano. Trans/Form/Ação, Marília, v. 45, p. 89-108, 2022, Edição Especial.

CARVALHO, Juvenal de. **Uma conversa sobre as Áfricas**. Salvador: Martins e Martins, 2012.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. tradução Ingrid Muller Xavier- Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução Noemia Sousa – Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1ª edição, 1978.

CRAVEIRINHA, José. “Xigubo”. In: **Obra poética**. Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 2002.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários para a prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GROSGOUEL, Ramón. **Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos**: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. Ciência e Cultura. São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, Jun, 2007.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade/ Bell hooks. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação In: **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes paradigmáticos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/paradidaticos/>>. Acesso em 27 abr 2021

MUNANGA, Kabengele. “África: trinta anos de processo de independência.” **Revista USP** 18 (1993): 100-111.

NGOENHA, Ngoenha Elias. **Ngoenha Elias Ngoenha (depoimento, 2011)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2013.

NGOENHA, Ngoenha. **Filosofia Africana: Das Independência às Liberdades**. Maputo: Edições Paulistas, 1993.

NGOENHA, Ngoenha; CASTIANO, José. **Pensamento engajado: ensaios sobre filosofia africana, educação e cultura política**. Maputo, Educar, 2011.

NGOENHA, S. “Emancipação” In: SANSONE, L. & FURTADO, C. (Orgs). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala portuguesa**, Bahia, ABA Publicações, 2014.

NGOENHA, S. E. **Os tempos da filosofia: filosofia e democracia moçambicana**. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

NGOENHA, S.; CASTIANO, J.P. **Manifesto por uma terceira via**. Maputo: Real Design, 2019.

NGOENHA, Severino Elias. **Estudos pós-coloniais, identidade e educação: diálogos entre Brasil e Moçambique (Entrevista, 2018)**. Sociologias, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, p. 258-274.

OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas para História da África. IN: KI-ZERBO, Joseph. (editor) **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, Lorena Silva. A filosofia africana como projeto do futuro. In: AZEREDO, Jéferson Luís de; DECOTHÉ JR., Joel; COSTA, William. **Filosofia(s) sobre múltiplos olhares: filosofia(s) para tempos presentes**. Criciúma: UNESC, 2019.

OLIVEIRA, Lorena Silva. Filosofia política moçambicana: por um novo projeto de democracia. Voluntas: **Revista Internacional de Filosofia**. Santa Maria, v.10, p. 183-199. UFSM, 2019.

PAIM, Elison Antonio. **Epistemologia Decolonial**: uma ferramenta política para ensinar histórias outras. HH Magazine, Humanidades em redes, 2019. **Portal do Governo de Moçambique**. Informações gerais. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique> Acesso em: 01 de abril de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Org. Boaventura de Souza Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra: Edições Almedina.SA. Jan, 2009, p. 21-72.

SANTOS, Eli bispo dos. **Diálogos sobre Lélia Gonzales**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Obtenção do título de Mestre. Orientador Dyane Brito Reis. Cachoeira, Bahia, 2021.